

CPT 30 anos **PASTORAL DA TERRA**

Comissão Pastoral da Terra

maio a junho de 2008

Ano 33 – Nº 192

XX Assembléia Geral da CPT: "Nossa energia vem do chão: terra, água, trabalho e pão"

pág. 8 e 9



foto: Jean Sprague

foto: Cristiane Passos

foto: Marília Almeida



Violência se espalha pelo país: CPT lança os dados de conflitos no campo em 2007.
págs. 10 e 11

EDITORIAL

Além da Misericórdia e do Capital

Com o lema *NOSSA ENERGIA VEM DO CHÃO – Terra, Água, Trabalho e Pão*, a CPT realizou sua XX Assembleia Nacional que estudou o tema da energia, um tema muito atual quando o País quer ser o grande produtor e fornecedor de agrocombustíveis do mundo. Como bem frisou Marcos Arruda em uma de suas intervenções na Assembleia, a produção de agrocombustíveis, proposta pelo governo Lula, nada tem de inovador. “Segue o atual modelo energético nacional, que visa atender um projeto consumista, especulativo e concentrador de renda”. Sob a capa de se produzir energia limpa, nada mais se faz, do que manter um “modelo de desenvolvimento que agoniza, e intensifica suas contradições, pondo em risco a vida da humanidade e da comunidade da vida sobre a Terra”, afirma o documento final da Assembleia, que conclui: “O Brasil precisa mudar sua matriz energética e incorporar o povo verdadeiramente em sua produção, mas no modelo atual esse é um fato impossível.”

Como bem disse Horácio Martins de Carvalho em sua apresentação sobre a energia, é preciso ir além da misericórdia e do capital. O povo não quer esmolas, quer trabalho, quer dignidade. Mas esta não é dada pelo capital, que só visa o lucro. A dignidade vai ser conquistada por novas formas de produção que tenham como centro a pessoa humana, que criem novas relações entre os

iguais e destes com a natureza. O que está fazendo falta é a construção de um novo modelo, alicerçado em novas alternativas.

Para os movimentos sociais está claro que o modelo atual tem que ser substituído. Isso ficou explícito nas manifestações das mulheres nas comemorações do 8 de março deste ano; nas ações do Abril Vermelho, recordando os 12 anos do massacre de Eldorado de Carajás; no Ato pela Aprovação da PEC do Trabalho Escravo; no acampamento para o lançamento da *Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra: Em defesa da reforma agrária e soberania territorial e alimentar* e na denúncia feita contra a todo-poderosa Vale de invadir áreas de assentamento da Reforma Agrária, no Pará.

O atual sistema gera e alimenta os conflitos e a violência no campo, como denunciou a CPT ao lançar o relatório *Conflitos no Campo Brasil 2007*. Os conflitos não cessam. 2008 começa preocupante. Assassinatos e destruição de acampamentos. Recusa de seis arroteiros de se retirarem da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, com apoio de setores da sociedade, do exército e do Judiciário, que determinou a suspensão da retirada dos mesmos. Além da absolvição de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, um dos mandantes do assassinato de Irmã Dorothy. Já de *Nuestra América* nos vem luzes que apontam caminhos para salvar o planeta.

Boa leitura!


PUBLICAÇÕES

Livro relata vida de Dorothy Stang

No dia 4 de maio, a escritora norte-americana Binka Le Breton lançou o livro “A Dádiva Maior – A Vida e a Morte Corajosas da Irmã Dorothy Stang”, pela Editora Globo. A obra narra toda a vida da missionária, desde sua vida em família na cidade de Dayton, em Ohio (EUA), sua consagração como freira da congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur até sua chegada ao Brasil e por fim, sua trágica morte. Relatos de pessoas que conviveram com Dorothy, como de sua irmã caçula e de sua melhor amiga na congregação, nos aproximam de uma mulher diferente da missionária que conhecemos. Irmã Dorothy possuía inúmeras feições, foi uma garota espirituosa e esportiva, que gostava de novas experiências e também uma senhora que se impôs junto aos grandes proprietários de terra do Estado do Pará. O livro une a situação política brasileira, o conflito de terras paraense e a missão católica para contar a história de uma mulher de aparente fragilidade, mas que demonstrou coragem e resistência durante os anos em que atuou ao lado dos pobres do país. O lançamento aconteceu, em Belém, um dia antes do julgamento de Vitalmiro Bastos de Moura, acusado de ser o mandante do assassinato de Dorothy, em 2005.



CPT Bahia produz cartilhas

O projeto São Francisco Vivo elaborou a cartilha *Semi-árido: conhecer para conviver*, com explicações da formação geológica da região, do que o semi-árido representa para o território nacional, da riqueza da caatinga e de propostas para a convivência com a região. Além disso, a publicação traz um histórico da chamada indústria da seca, iniciada por Dom Pedro II e retomada por, entre outros, o presidente Lula. Outra cartilha produzida na Bahia é a *Fundo e Fecho de Pasto*, organizada pela Articulação Estadual dos Fundos e Fechos de Pasto, da qual a CPT Bahia faz parte. Através de cinco textos, a cartilha mostra um histórico do fundo de pasto, prática de uso comum do território, a sua importância para as comunidades rurais e como essa experiência pode ser praticada em diferentes regiões baianas.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.

www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente

Dom Xavier Gilles

Vice-presidente

Dom Roque Paloschi

Coordenadores Nacionais

José Batista Afonso

Juvenal José da Rocha

Lucimere Leão

Ir. Maria Madalena dos Santos

Padre Herminio Canova

Padre Dirceu Fumagalli

Redação

Cristiane Passos

Antônio Canuto

Marília Almeida - estagiária

Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável

Cristiane PASSOS (Reg. Prof. 002005/GO)

Diagramação

Carla de Abreu (32230566)

Impressão

Gráfica América

APOIO
EED

Evangelischer Entwicklungsdienst

Brot Für Die Welt

Pão para o Mundo

Fundação Eugen Lutter
MZF

Missionzentrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS
Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações canuto@cptnacional.org.br

ARTIGO

As Mulheres e a Soberania Alimentar

TEREZINHA SALLET RUZZARIN*

Parece claro que as lutas de libertação popular travadas no passado pelos povos oprimidos do continente latino-americano, prosseguem ainda hoje, pois o capital promove a exclusão da terra e gera a pobreza, a fome, a destruição da natureza e a imposição de modos de viver estranhos. Recuperar historicamente as lutas pela vida dos povos, permite-nos ter uma visão bem clara do papel das mulheres nos episódios recentes e nas agressões por elas sofridos. Recordamos aqui as ações que foram realizadas na semana que compreende o Dia da Mulher, 8 de março, e que são identificadas como desafiadoras para a sua construção coletiva e em sua atuação política. Pipocaram ações por todo o Brasil.

No Rio Grande do Sul as mulheres realizaram uma intensa jornada de lutas que teve como lema: “Mulheres Sem Terra – Na luta por Soberania Alimentar e Contra o Agronegócio!”. 900 mulheres ocuparam a fazenda Tarumã de 2.100 hectares, no município de Rosário do Sul onde o monocultivo de eucaliptos é praticado. O ataque da brigada militar (polícia estadual) a mando da governadora Yeda Crusius e sua política capitaneada pelo PSDB, deixou mais de 50 mulheres feridas por balas de borracha e cerca de 800 ficaram por mais de 8 horas sem água e comida. Em Maceió, três mil mulheres se mobilizaram pela Reforma Agrária, por justiça e dignidade para as camponesas e por soberania alimentar. O sertão de Pernambuco foi testemunha quando 500 mulheres ocuparam a sede da Cia. de Desenvolvimento do Vale do São Francisco em repúdio aos empreendimentos de irrigação para o agronegócio e aos convênios para a produção de cana em detrimento da agricultura familiar. Em Porto Velho, 300 mulheres da Via Campesina marcharam até as Centrais Elétricas de Rondônia e entregaram coletivamente autodeclarações que garantem a Tarifa Social para famílias que consomem até 140 kwh por mês e denunciaram



Mulheres ocupam ferrovia da VALE em Resplendor, Minas Gerais

o subsídio dado às empresas multinacionais. Assim, sucessivamente aconteceram atos em Minas Gerais e Espírito Santo com mais de mil mulheres da Via Campesina mobilizadas e em vários outros rincões brasileiros.

Estas mulheres tiveram que enfrentar todo o tipo de violência, tendo como arma de luta o seu próprio corpo, sua firmeza, sua fé, sua esperança, confiança na sua organização e na justiça das reivindicações. Foram ousadas em denunciar a monocultura do eucalipto, da cana, o cultivo dos transgênicos, a questão da água e energia, a destruição do ambiente, a pobreza e a fome que vem no rastro deste modelo de desenvolvimento. As ações são justificadas pela necessidade de alertar a sociedade sobre o grave dano ambiental que está sendo perpetrado pelo capital. São estas mulheres, que organizadas respondem por 75% da

produção agrícola para o consumo familiar nos países latino-americanos, e este é um número que tende a crescer nas situações de conflito.

É evidente que este processo de lutas das mulheres não se restringe ao Brasil. Na “Conferência Especial para a Soberania Alimentar e por Direitos pela Vida”, (Brasília, 10-13/04/08) que antecedeu a 3ª Conferência Regional da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), as mulheres da Via Campesina, e outras organizações, reunidas produziram um documento em que é retratado o protagonismo de milhares de lutas de resistência contra um capitalismo patriarcal. Vêem com preocupação como a terra, a água, as sementes, os saberes populares, a biodiversidade estão sendo ameaçadas por políticas privatizantes e mercantilistas.

No documento, as mulheres denunciam, ainda, que a FAO retirou de sua estrutura, ainda em 2006, a discussão sobre gênero e afirmam a importância desta temática incorporada ao tema principal da Conferência. Denunciam que a natureza está sendo destruída por este modelo de desenvolvimento que submete a humanidade a cadeias de dependência. As mulheres são consideradas as principais guardiãs do patrimônio natural e cultural e são responsáveis pela antiga tradição de preservar as sementes para os cultivos sazonais, de semear, colher, escolher e propagar variedades destinadas ao uso alimentício e medicinal. Este conhecimento tradicional deveria ser transmitido às novas gerações para continuar o papel vital de proteger e melhorar a biodiversidade.

* Coordenadora da CPT Rio Grande do Sul

Governo federal assume dívidas de fazendeiros

O valor total das dívidas relacionadas ao crédito rural chega a R\$ 87,3 bilhões, dos quais cerca de R\$ 16,3 bilhões estão vencidos desde a década de 90. Existem atualmente 3,3 milhões de contratos de empréstimos rurais, no entanto, somente as dívidas de 48 mil desses contratos – que ultrapassam R\$ 200 mil cada – representam a maior parte da conta dos devedores. Cerca de 30% do valor total da dívida representam programas antigos de crédito rural que não foram pagos pelos fazendeiros e que já tiveram seu prazo de acerto vencido várias vezes. O governo federal acabou assumindo a dívida junto aos bancos, no valor de R\$ 7 bilhões. Enquanto isso, jornais mostram ruralistas comemorando a previsão de renda líquida de R\$ 143 bilhões, em 2008. (fonte: O Valor)

Pe. Zezinho, de Rondônia, morre aos 83 anos



arquivo CPT Rondônia

Faleceu no dia 27 de fevereiro, aos 83 anos, padre José Simionato, um dos fundadores da CPT de Rondônia. Ele faleceu após sofrer um enfarto durante a noite, na Paróquia de Nossa Senhora das Graças, em Porto Velho, Rondônia. Padre Zezinho, como era conhecido, veio da Itália para o Brasil em 1955 e dedicou mais de trinta anos de sua vida aos povos da região amazônica. Ele também atuou na criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cacoal e na organização de associações e cooperativas de pequenos agricultores. Padre Zezinho, junto ao Pe. Franco, foi responsável pela primeira Escola Família Agrícola de Rondônia, no município de Cacoal, idéia que depois se espalhou por outras cidades da diocese e da região. Os movimen-



tos sociais, paroquianos da região e toda a CPT perderam um grande líder. (fonte: CPT Rondônia)

Interrogatório é adiado pela 5ª vez

Um dos envolvidos no assassinato do Padre Josimo, o ex-juiz João Batista de Castro Neto, não compareceu ao interrogatório, marcado, após cinco outras tentativas, para o dia 8 de maio. O argumento de seus advogados é de que ele teria se mudado para Goiânia (GO) para tratamento de saúde. Castro Neto e dois fazendeiros, José Elvécio Vilarino e Pedro Vilarino Ferreira (que já faleceu) são acusados de serem os mandantes do assassinato do Padre Josimo. Osmar Teodoro da Silva e Geraldo Paulo Vieira, já foram julgados e condenados por terem participado do crime. Padre Josimo era coordenador da Pastoral da Terra no Bico do Papagaio (TO) e foi assassinado em 1986, em Imperatriz (MA) quando chegava ao escritório da CPT Araguaia-Tocantins. (fonte: CPT Araguaia - Tocantins)

D. Tomás Balduino é homenageado nos EUA

A Oklahoma City National Me-



Cristiane Passos

morial Foundation homenageou Dom Tomás Balduino, bispo emérito da Diocese de Goiás e conselheiro permanente da CPT, com o prêmio Reflections of Hope. A organização

considera que as ações de Dom Tomás são exemplos de esperança na solução das causas que levam à miséria tantas pessoas em todo o mundo. A premiação Reflections of Hope foi criada em 2005 para lembrar o 10º aniversário do atentado que fez explodir um caminhão-bomba, matando 168 pessoas – e para homenagear aqueles que representam a esperança em meio à tragédia e dedicam suas vidas para melhorar a vida do próximo. O evento se realizou no dia 18 de abril, em Oklahoma City (EUA). Em meados de maio, Dom Tomás e Thomas Bauer, da CPT Bahia, estiveram na Suíça a convite da Fastenopfer, organismo da Igreja suíça, para falar sobre o avanço e os estragos causados pelo agro e hidronegócios e para apresentar alternativas, como reforma agrária e convivência com o semi-árido. Foram visitados grupos e entidades ligados às igrejas na Suíça. Dom Tomás teve ainda atividades na Alemanha e Bélgica.

Desrespeito e Humilhação

No dia 8 de maio, numa verdadeira operação de guerra, cerca de 800 homens da Brigada Militar gaúcha cercaram um acampamento do MST, a 35 km da área urbana de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, para localizar objetos supostamente furtados da Fazenda Southall durante a ocupação, em 14 de Abril. A área foi isolada e não se permitiu nenhuma aproximação, nem mesmo de deputados e de outros agentes públicos. Os agricultores ficaram das 8h às 15h sentados no chão, sem comer. Cada pessoa foi identificada, cada barraco revistado. As lonas foram rasgadas, a comida pisoteada e terra foi jogada nos alimentos. Nada foi encontrado do que procuravam. O MST, em resposta, no dia 14 de maio enviou oito caminhões de comida que foram distribuídos à população carente, em São Gabriel. Os alimentos são produtos da Reforma Agrária dos assentamentos do MST da região, arroz ecológico, frutas, verduras etc. São Gabriel é uma das cidades em que os

sem terra sofrem maior discriminação por parte dos ruralistas e de boa parte da população urbana.

Missão Internacional sobre os Impactos dos Agrocombustíveis no Brasil

Foi realizada, de 5 a 10 de abril, a



Jonas Van Reusel - FIAN Bélgica

Missão Internacional sobre os Impactos dos Agrocombustíveis no Brasil, organizada pela FIAN (Foodfirst Information And Action Network) em parceria com entidades sociais brasileiras, como CPT, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Via Campesina e Terra de Direitos. O grupo, formado por observadores de países como Alemanha, Holanda, Suíça, Filipinas, Senegal, Colômbia e Canadá, percorreu os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Piauí para verificar os impactos da expansão territorial massiva das monoculturas para a agroenergia, no que diz respeito à disponibilidade de alimentos, de terras para a reforma agrária, conflitos pela terra, condições de trabalho e impactos ambientais. Além disso, a Missão teve como objetivo documentar o papel do Estado brasileiro na promoção dos agrocombustíveis – nacional e internacionalmente –, avaliar a participação deste em relação às obrigações de direitos humanos com as quais o Estado brasileiro se comprometeu e incidir em foros internacionais relevantes, como União Européia e FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), apresentando os resultados da viagem e exigindo a proteção eficaz dos direitos fundamentais da pessoa.

JORNADA DE LUTAS

Abril Vermelho revive a memória do Massacre de Eldorado dos Carajás

MARÍLIA ALMEIDA*

Mais uma vez o mês de abril foi marcado por protestos, ocupações e marchas por todo o país. A Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, também conhecida como “Abril Vermelho”, denunciou o descaso do Estado em relação aos conflitos que ocorrem no campo e que são o resultado direto da organização fundiária do país. Milhares de camponeses e camponesas de diversas localidades se mobilizaram na luta pela Reforma Agrária e para lembrar os 12 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará. No dia 17 de abril de 1996, 1.500 pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupavam a rodovia PA-150, quando foram surpreendidas por mais de 150 policiais armados que cumpriam uma ordem de desocupar a qualquer custo a rodovia estadual. O Massacre deixou 19 trabalhadores rurais mortos, mutilou outros 69 e feriu centenas. Os movimentos sociais do campo se mobilizam no mês de abril para não deixar que a luta destes homens e mulheres do campo tenha sido em vão. Reivindicam punição aos envolvidos no Massacre – que doze anos após os assassinatos permanecem soltos – a retomada da desapropriação de propriedades improdutivas e assentamento das cerca de 150 mil famílias acampadas em todo o País. Também exigem a criação de uma linha de crédito específica que torne viável a produção de alimentos para serem comercializados nas cidades próximas aos assentamentos.

Mobilizações em todo o país

Entre os dias 14 e 19 de abril, a CPT realizou a Jornada em Defesa da Terra e dos Direitos dos Canavieiros em quatro municípios da Zona da



Jornada de Lutas em Alagoas

Mata pernambucana. Além de chamar a atenção da sociedade para os problemas enfrentados no meio rural, a Jornada buscou conscientizar os trabalhadores do campo em relação aos seus direitos. Durante a ação no Estado, os agentes da Pastoral distribuíram materiais educativos sobre os impactos dos agrocombustíveis e das campanhas “De olho aberto para não virar escravo” e “Pelo Limite da Propriedade”. Com a participação de cerca de 2 mil pessoas, a Jornada também contou com debates sobre a expansão do monocultivo e a exibição do filme “Bagaço”, produzido pela CPT em parceria com a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. No dia 17 de abril, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) bloqueou a BR-020 e a BR-116, e ocupou quatro fazendas nos municípios de Boa Viagem, Senador Pompeu, Itapiúna e Umirim, em Pernambuco. Somente nesse estado foram feitas 45 ocupações coordenadas pelo MST, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fe-

traf) e pela CPT, com a mobilização de mais de 5 mil famílias. Na fazenda Passarinho, município de Lagoa Grande (PE), oito homens armados e encapuzados invadiram o acampamento organizado pelo MST na tentativa de intimidar os manifestantes, com ameaças e agressões físicas. O episódio foi denunciado à Ouvidoria Agrária Nacional e ao Governo e Ministério Público do Estado.

Em Santa Catarina, cerca de 1.600 assentados ligados ao MST organizaram manifestações em seis cidades diferentes. No Paraná, 6 mil famílias montaram acampamentos em grandes propriedades improdutivas e nas beiras das rodovias que cortam o Estado. Em Goiás, mais de 200 famílias ocuparam pela segunda vez a fazenda Mata Rica, no município de Edealina, e no Rio Grande do Norte, a fazenda Maísa, no município de Mossoró – que é improdutiva, mas ainda não foi desapropriada – foi ocupada por centenas de famílias. Manifestações ligadas à Jornada Nacional de Luta

pela Reforma Agrária também foram realizadas nos estados de Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal, Sergipe, Alagoas, Roraima e Pará.

Na luta do povo ninguém se cansa

Mais de uma década se passou e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais continua a mesma. A Reforma Agrária é adiada a cada novo mandato presidencial e a bancada ruralista do Congresso Nacional utiliza inúmeros artifícios para que o agronegócio não perca espaço para a agricultura familiar. Assim como a concentração fundiária em crescimento constante, a produção de biocombustíveis vem se tornando uma grande preocupação dos movimentos sociais do campo. Áreas antes destinadas à produção de alimentos agora são ocupadas por monocultivos destinados à produção do etanol. Por isso, apesar da insalubridade e dos riscos de vida de se viver em acampamentos e assentamentos, milhares de trabalhadores do campo continuam se mobilizando. Essas famílias que passam vidas inteiras marchando de bandeiras em mãos e dormindo debaixo de lonas sabem que sem a mobilização popular não há mudança nem a curto, nem a longo prazo. Lutam pelo respeito aos seus direitos de cidadãos, pelo bem de seus filhos, para a conquista de seus próprios sonhos. Mas acima disso lutam por um ideal em comum, continuam marchando para que as futuras gerações tenham condições de permanecer no campo e não sejam forçadas pela falta de incentivo público a fugir para as periferias urbanas.

* Estagiária do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

ARTIGO

Vale invade projetos de assentamento no sul do Pará

CPT'S DE TUCUMÃ, XINGUARA E MARABÁ

Quando se percorre hoje os Projetos de Assentamento Campos Altos e Tucumã, localizados nos Municípios de Ourilândia do Norte e São Félix do Xingu, no Pará, respectivamente, o que se vê?

A primeira coisa que chama a atenção é a enorme estrutura construída para dar suporte à atividade de mineração atualmente feita pela VALE. Observam-se também centenas de trabalhadores vindos de fora; grandes alojamentos; serras cheias de escavações; diversas placas da Mineradora afixadas nos lotes negociados irregularmente, proibindo a entrada de pessoas não autorizadas; agricultores assentados desolados: uns porque venderam suas benfeitorias, desistiram do Programa de Reforma Agrária, estão arrependidos e não sabem o que fazer e outros porque resistem no Assentamento e sofrem diuturnamente pressão, diversos prejuízos (água poluída, animais mortos, escolas fechadas, etc.) e o isolamento, provocados pela implantação da exploração do níquel nas serras do Onça e Puma. Além disso, a zona urbana de Ourilândia do Norte também sente os enormes impactos da mineração. Por que toda essa reviravolta? Porque foram descobertas minas de níquel importantíssimas, em quantidade e em qualidade (uma das melhores do mundo). O problema é que a Vale se instalou ali cometendo uma série de irregularidades, como por exemplo:

1 - O que disse a VALE: que protocolou em 8 de julho de 2003, junto



arquivo CPT Marabá

ao INCRA o pedido de destinação de uma área de 7.404 hectares dos Projetos de Assentamentos Tucumã e Campos Altos para mineração e que o órgão fundiário procedeu a “desafetação” da área destinando-a para esse fim.

A verdade dos fatos: O pedido protocolado pela VALE na referida data, se transformou em um processo administrativo (N. 54600.001477-2003-23), que está em tramitação no INCRA em Brasília, e, até a presente data, não houve uma decisão. Portanto, a desafetação alegada pela empresa não existe.

2 - O que disse a VALE: Que na área requerida encontravam-se posseiros, os quais foram indenizados pela empresa e seus débitos perante o Banco da Amazônia S.A. (BASA) quitados.

A verdade dos fatos: Não são posseiros que estavam residindo na área pretendida pela VALE, são famílias assentadas pelo INCRA em assentamentos de reforma agrária. Nesses assentamentos as famílias foram beneficiadas com recursos públicos; razão

pela qual, estão proibidos por lei, de vender suas benfeitorias e seus lotes sem a devida autorização do INCRA, a qual nunca existiu.

3 - O que diz a VALE: Que técnicos do INCRA deram parecer afirmando que a área pretendida pela empresa é imprópria para a agricultura familiar e que os assentados foram realocados em outra área.

A verdade dos fatos: Para o INCRA criar um Projeto de Assentamento, é obrigatório um laudo técnico atestando a viabilidade da área para agricultura familiar. Os dois assentamentos ficam próximos das cidades de Ourilândia e Tucumã e as famílias já estavam produzindo ali por mais de dez anos, atestando, com isso, a viabilidade do solo.

4 - O que disse a VALE: Que como o empreendimento está no seu início não há qualquer possibilidade de crimes ambientais.

A verdade dos fatos: Os danos ambientais são visíveis aos olhos de qualquer leigo no assunto. E há provas fundamentadas e documen-

tadas da destruição que já ocorre na área.

Por isso, a CPT, duas Associações dos Assentamentos e dois Sindicatos de Trabalhadores Rurais entraram com uma Representação junto ao Ministério Público Federal de Marabá, pedindo o apuramento de todas essas irregularidades e que sejam aplicadas as penalidades respectivas, bem como a suspensão das atividades da Mineradora até que se resolva essa pendência fundiária. Além disso, foi protocolada denúncia na Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará pedindo a suspensão da licença ambiental e foi enviado documento ao presidente do INCRA, com o objetivo de informá-lo desses fatos. As entidades também denunciaram os fatos na imprensa. Em todas as mídias o presidente da VALE, Roger Agnelli, chamou o MST de “bandidos, que não respeitam a lei”. Quem é o verdadeiro bandido? Não é a VALE e seu presidente que pisa na lei, na reforma agrária e nos pobres do campo, que mente e que se enriquece sempre mais, à custa do povo pobre?

CASO DOROTHY

Da perplexidade à indignação!

Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ser o mandante do assassinato da irmã Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, foi absolvido durante o segundo julgamento, realizado nos dias 5 e 6 de maio desse ano. No primeiro julgamento, em maio do ano passado, ele havia sido condenado à pena máxima, 30 anos de prisão.

CRISTIANE PASSOS*

Um ano após ser condenado, o fazendeiro Bida é absolvido por 5 votos a 2 por outro júri, no Tribunal do Júri em Belém, Pará. Inconformado com a decisão, o irmão da missionária, David Stang, desabafou, “Como podemos, em um ano, sair de um placar pela condenação para exatamente o contrário, ele ser libertado? Por favor, me diga?”. A decisão chocou a todos, inclusive ao presidente Lula e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que se mostraram indignados. Em Nota Pública, a CPT declarou que “com esta decisão a impunidade ganha mais uma batalha e se fortalece. É aí que a perplexidade se torna indignação. A CPT tem contabilizado de 1971 a 2007, 819 assassinatos no campo no Pará, sendo que somente 22 destes casos foram julgados, com a condenação de sete mandantes e 13 executores. O único mandante que estava preso era Bida que agora, inocentado, está livre.”

Frei Henri des Roziers, advogado e agente da CPT Xinguara, ameaçado por fazendeiros da região em que vive, acompanhou o julgamento e, em entrevista ao Pastoral da Terra, falou sobre a absolvição.

Pastoral da Terra – O que a defesa de Bida fez que pode ter pesado mais na decisão do júri?

Frei Henri – Primeiramente, não tenho dúvidas, a maioria dos que faziam parte do júri, já foram com preconceito contra irmã Dorothy e o trabalho da igreja nesta região. Segundo, que o júri foi composto por seis homens e apenas uma mulher. Em um caso como esse, onde uma mulher foi assassinada, outras mulheres teriam

mais sensibilidade para julgar os fatos. Eu achei que a defesa foi muito esperta, já pela escolha do advogado, Américo Leal, que também defendeu o mandante do assassinato do sindicalista Expedito Ribeiro, de Rio Maria (PA). Ele é um advogado conhecido, extremamente violento na sua sustentação oral e contra os movimentos populares. Nesse julgamento do Bida, entretanto, ele, desde o início, não atacou ninguém. Depois, usou como argumento o fato de que Bida não tinha nenhum motivo para cometer um crime assim ou para apoiar tal ato, pois não tinha nada a ver com o trabalho da irmã Dorothy, ele já tinha sua própria terra, e mostrou os documentos ao júri.

O que mais chamou a atenção do senhor durante o julgamento?

Uma coisa que me chocou foi quando eu cheguei ao julgamento, levei até um susto, vi a família de Bida

usando uma camiseta com a foto do fazendeiro, onde estava escrito “Acredito na Justiça de Deus” e, na parte de trás, a frase “Felizes aqueles que sofreram perseguição pela Justiça, porque deles é o reino dos céus” (Mt, 5, 10). Foi revoltante ver essas pessoas expondo essa frase, ainda mais por saber que eu, acompanhado de seguranças por causa das ameaças que recebo, reconheci entre eles, pessoas da máfia do crime que ameaçam trabalhadores e defensores dos direitos humanos em Xinguara, região onde atuo. Até que ponto chegou a hipocrisia desse julgamento!

Sobre a suspeita de Bida ter pago a Rayfran e ao Tato, para estes mudarem seus depoimentos. Como estão as investigações sobre essa denúncia?

A denúncia foi feita, há realmente essa suspeita, já que a esposa de Tato, Elizabeth Coutinho, afirmou em ju-

ízo ter recebido cerca de R\$ 100 mil de Bida, por supostas dívidas. Além disso, nos autos do processo consta, ainda, a gravação de uma conversa entre os pistoleiros presos Rayfran e Clodoaldo em que comentam a oferta de R\$ 20 mil para mudarem seus depoimentos, retirando a responsabilidade dos fazendeiros. Podemos suspeitar, também, de corrupção no júri, já que o julgamento não foi contínuo, tendo sido interrompido no início da noite e retomado somente na manhã seguinte. Por mais que se tomem alguns cuidados, como manter cada membro do júri em um hotel diferente, entre outras coisas, eles podem ter sido cooptados por pessoas ligadas ao fazendeiro. É muito estranho que sete jurados, que viram essa “comédia” que foi o julgamento, com a mudança total dos depoimentos e da linha da defesa, ainda sim, tenham votado pela absolvição do acusado.

Como o senhor, que está ameaçado de morte, vê essa absolvição?

Esse foi um fato gravíssimo. As estatísticas da CPT mostram os números da impunidade no país. Isso é uma incitação à violência, uma incitação à continuidade do crime, já que os criminosos não vêem nenhum risco nisso. Durante o julgamento de Bida, no início da sustentação oral, o promotor de acusação chorou e falou “eu estou ameaçado de morte (...), estou recebendo telefonemas anônimos, não posso dizer com toda certeza que tem ligação com esse caso, mas estou recebendo ligações onde me ameaçam e ameaçam matar meu filho também.” E mesmo diante de fatos como esse, o resultado é mais um criminoso à solta.

Foto Ary Souza



* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

XX ASSEMBLÉIA GERAL DA CPT

Assembléia da CPT discute as crises e os desafios do momento atual

“Nossa energia vem do chão: Terra, Água, Trabalho e Pão”. Sob esse lema, agentes e trabalhadores rurais de todo o país se reuniram em Goiânia (GO) para a XX Assembléia Geral da CPT. Do dia 8 a 10 de abril, foi analisado o trabalho da Pastoral no País, se fez uma instigante análise de conjuntura, estudou-se a problemática em torno da geração de energia e, depois, se identificaram os principais desafios que a CPT terá que enfrentar. Além de terem estabelecido as prioridades de ações da Entidade.

MARÍLIA ALMEIDA*

No primeiro momento da Assembléia, os representantes de cada região apresentaram as principais ações desenvolvidas em cada estado e os desafios que se apresentam para o futuro. Constatou-se que diferentes formas de resistência ao agro e hidronegócios têm se desenvolvido em todas as regiões. Também tem sido constante em todo o País o acompanhamento aos assentamentos e acampamentos rurais e o incentivo à expansão da agroecologia como um dos instrumentos de resistência. A luta contra a Transposição do São Francisco encontrou eco em todos os estados, mas se concretizou mais nos que são atingidos diretamente pelo projeto. Diferentes processos de formação de agentes e trabalhadores têm se desenvolvido em diversos regionais. A CPT tem participado de Redes de Educação no Campo. Em Minas Gerais está em andamento junto à Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais um curso de extensão para a formação de educadores sociais. O mesmo se dá em âmbito nacional. Em fevereiro deste ano, foi assinado um convênio com a Universidade Federal de Goiás (UFG) para que o Curso Nacional de Formação da CPT, seja reconhecido como de especialização. O trabalho de manter e ampliar as formas de convivência com semi-árido tem se desenvolvido no Nordeste. A questão da demarcação de territórios indígenas e quilombolas, principalmente da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, é uma das preocupações da CPT na região Noroeste, que atua tam-



Cristiane Passos

bém na luta pela preservação da floresta Amazônica.

Conjuntura nacional

No dia 8 de abril, Marcos Arru-

da, economista e coordenador geral do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), fez a análise da conjuntura atual brasileira. Para ele, o mundo enfrenta atualmente a amea-

ça de cinco grandes crises: social, político militar, econômico-financeira, ambiental e espiritual e a ocorrência simultânea de duas ou três delas causaria um nível de devastação para o qual a humanidade não está pronta. Segundo Arruda, “o Sistema Político real do Brasil não é mais dominado pela oligarquia. Hoje, podemos falar de uma corporatocracia. É o domínio das grandes corporações empresariais. Só a luta por uma verdadeira democracia, nos planos econômicos, social, político e cultural pode derrotar e superar o domínio das grandes corporações e da sua ideologia”.

O aquecimento global, a destruição de mananciais e o processo de desertificação são grandes ameaças à vida humana e que podem causar uma temida crise ambiental. Marcos Arruda afirmou que há tempos os movimentos sociais vêm alertando a sociedade para o uso de energias alternativas que poderiam evitar este colapso ambiental. No entanto, a produção de biocombustíveis proposta pelo governo Lula segue o atual modelo energético nacional, que visa atender um projeto consumista, especulativo e concentrador de renda.

Marcos Arruda também analisou a atuação de Luis Inácio Lula da Silva. Para ele, Lula tenta agradar os ricos a partir do favorecimento do capital, e os pobres com programas como o Bolsa-Família. Mesmo que as condições de vida de inúmeras pessoas que vivem na faixa da pobreza tenham melhorado, isto não significa que o povo esteja satisfeito. Roberto Malvezzi lembrou que “estar satisfeito com os programas é

uma coisa, estar satisfeito com a realidade brasileira é outra”. Outros participantes classificaram as medidas paliativas como prejudiciais, pois enfraquecem a luta de classes e desfavorecem a agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que os programas governamentais dão leite, comida e dinheiro para que as famílias se sustentem, o governo tira destes trabalhadores o direito à terra, de produzir e viver dela. Lula busca resolver o problema dos pobres, mas não elimina os fatores que causam a pobreza, como a concentração fundiária.

Para Marcos Arruda, também vivemos uma crise espiritual, quando o sagrado perde o sentido e nos desligamos da mãe-natureza. Isso atinge também comunidades tradicionais. Ao não se garantir seus territórios se lhes retira os espaços vitais que dão sentido à sua existência e isso os leva à perda de horizontes. As comunidades tradicionais têm sido tratadas como descartáveis, pois não produzem riqueza. A falta de perspectiva e de atenção por parte do Estado leva essas comunidades a perderem suas esperanças. Por isso o número de suicídios, sobretudo entre os indígenas é tão elevado.

A questão energética e os desafios da CPT

No dia 9 de abril, Horácio Martins, assessor da Via Campesina, analisou a questão energética e os impactos que ela causa às populações ribeirinhas e camponesas. Milhares de pessoas são atingidas pela construção de barragens, comunidades inteiras serão afetadas pelo projeto de transposição do rio São Francisco; homens e mulheres trabalham em condições subumanas nos canaviais. O governo busca não só novas formas de produzir energia, mas também procura incluir a população neste novo modelo favorecendo a produção de oleaginosas para o agro-diesel pelos agricultores familiares que muitas vezes acabam sufocados. A construção de barragens, ao mesmo tempo expulsa famílias e as que ficam não tem acesso à água e à energia, não têm um copo d'água ou uma lâmpada acesa em suas casas.

Desafios a enfrentar

A Assembléia, identificou os principais desafios que precisam ser vencidos para que o trabalho alcance mais

CARTA FINAL DA XX ASSEMBLÉIA GERAL DA CPT

NOSSA ENERGIA VEM DO CHÃO

- Terra, Água, Trabalho e Pão -

A energia que move a Pastoral da Terra vem do chão. Vem do povo que habita a terra, as florestas, as águas e deles retira e nos oferece o pão. Vem particularmente do Deus da Bíblia, Aquele que caminha com seu povo em qualquer circunstância.

Vivemos um momento único na história da humanidade e do povo brasileiro. O modelo de desenvolvimento baseado na revolução industrial parece agonizar, intensifica suas contradições, pondo em risco a vida da humanidade e da comunidade da vida sobre a Terra. Vivemos uma mudança de época. É inevitável uma nova economia voltada para vida.

Presentes em nossa XX Assembléia, trabalhadores e trabalhadoras da terra, em poucas palavras, sintetizam a contradição do momento que vivemos e da forma como eles a experimentam: “não estamos bem, mas para trás não queremos voltar”. Traduzindo em miúdos, dizem claramente que programas concretos do governo atual, como o Bolsa Família, Luz para Todos, um salário mínimo melhor, o incentivo para que suas crianças possam ir para a escola, são bens importantes em suas vidas. Os investimentos destinados à transferência de renda para os mais pobres, porém, são nada quando comparados com os recursos destinados ao agronegócio e ao pagamento dos juros da dívida pública, deixando clara a subordinação total de nossa política econômica aos interesses do capital. Iniciativas governamentais, como a da redução das áreas de fronteiras, a edição da medida provisória 422 que legaliza a grilagem de terras na Amazônia, o recuo no reconhecimento dos territórios quilombolas, a privatização dos espelhos d'água, a transposição do rio São Francisco são expressão da subordinação deste governo aos interesses da classe dominante. Os próprios trabalhadores que reconhecem os avanços na área social são os que sentem que é urgente superar as medidas emergenciais por uma política de geração de trabalho e renda. E aguardam com ansiedade por medidas concretas que combatam

a violência no campo e a perda de suas terras, o avanço acelerado da soja, da cana, do boi, das mineradoras e das madeireiras que os expulsam de suas áreas e desestruturam suas vidas. As comunidades tradicionais são as que mais sofrem com essa violência.

Como é de nossa história, insistimos numa reforma agrária adequada a cada bioma brasileiro. Além de insignificante em termos de desapropriações, insignificante em termos de recursos, falta qualidade à reforma agrária do governo. A inviabilidade de muitos assentamentos se dá em função de sua equivocada concepção. Entretanto, os problemas não anulam sua viabilidade e muito menos sua urgência. A CPT, que tem nos povos da terra sua razão de ser, sugere aos movimentos sociais que retomem essa bandeira de luta de forma renovada e inequívoca.

Debatemos particularmente a energia. As comunidades agredidas pela construção das barragens, a desumana vida nos canaviais, a sedução para entrar em programas de biodiesel, têm interferido de forma dura sobre um povo já sofrido. O povo que produz alimentos, também quer energia. Quer ter sua soberania energética. Muitas vezes as vítimas das barragens não têm energia em suas casas. Em outros países do mundo, os pequenos agricultores se tornaram produtores de energia através do sol e da biomassa. É um mundo em mudança também em sua base energética. O Brasil precisa mudar sua matriz energética e incorporar o povo verdadeiramente em sua produção, mas no modelo atual esse é um fato impossível.

Continuaremos com o povo, sem negar o que lhe é de direito, mas sem deixar de denunciar um modelo de desenvolvimento violento e predador que o agride. A economia tem que ser a da vida, não a do capital.

Que o Deus da vida, fonte suprema de todas as energias, esteja com o povo do campo e com aqueles que estão a seu serviço.

Goiânia, 10 de abril de 2008

OS PARTICIPANTES DA XX ASSEMBLÉIA GERAL DA CPT.

Cristiane Passos



Marcos Arruda durante sua exposição na XX Assembléia Geral da CPT

peças e produza melhores resultados: o que fazer para reorganizar e fortalecer as equipes de agentes da CPT e como encontrar formas para evitar a migração de trabalhadores rurais para áreas urbanas e lutar por políticas públicas e motivar a juventude rural para que as famílias camponesas permaneçam na terra. E se estabelecerem como prioridades: o reforçar o trabalho de base; a participação intensa na campanha pelo limite da propriedade da terra; o apoio às ações de enfrentamento e alternativas ao modelo do agro e hidro-negócio em articulação com os movimentos sociais e o incentivo e apoio a iniciativas concretas, em cada grande região, de produção alternativa de energia, apropriadas à comunidade.

Como afirmou Marcos Arruda, além de defendermos nossos ideais com discursos empolgados, precisamos agir para que a realidade seja transformada. Doar parte do nosso tempo para atuar pelo coletivo. “Devemos nos pensar como seres humanos, parte da natureza, da sociedade”, afirma. As ações da CPT, segundo ele, são um exemplo dessa doação. “Nós somos o indivíduo e a coletividade ao mesmo tempo”, finaliza Arruda.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL

Comissão Pastoral da Terra lança o Conflitos no Campo Brasil 2007

CRISTIANE PASSOS*

O relatório Conflitos no Campo Brasil 2007 foi lançado, pela CPT, no dia 15 de abril durante o Acampamento para o lançamento da *Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar*. Atentos, milhares de trabalhadores e trabalhadoras acompanharam a exposição e análise dos dados reunidos na 23ª edição do relatório anual da CPT.

Dom Xavier Gilles, presidente da CPT, Maria Madalena dos Santos, da coordenação nacional e Samuel Britto, agente da CPT na Articulação Popular pela Revitalização do rio São Francisco, estiveram presentes no palco representando a Pastoral da Terra. Carlos Walter Gonçalves, geógrafo e professor da Universidade Federal Fluminense, e Antônio Canuto, secretário da coordenação e membro do setor de Comunicação da Secretaria Nacional, fizeram a análise dos dados mais significativos presentes na publicação. O agricultor Alfredo de Abreu Paz, responsável pela publicação popular do relatório, o cordel "Lamento de um Camponês", e Íris Oliveira, viúva do agricultor Walmir de Mota, o Keno, representaram os trabalhadores no lançamento.

Com a leitura do cordel, Alfredo alertou a platéia formada por trabalhadores, representantes de movimentos sociais e imprensa, sobre os conflitos no campo e suas conseqüências. Emocionada, Íris não conseguiu expressar sua dor diante da morte de seu marido, durante uma manifestação da Via Campesina na Syngenta Seeds em outubro do ano passado. A platéia homenageou o trabalhador rural com um minuto de silêncio espontâneo.



Márlia Almeida

Ação de milícias privadas agrava violência contra trabalhadores

A 23ª edição da publicação aponta a diminuição no número de conflitos no campo entre os anos de 2006 e 2007, com queda de 7%. Somente a região Sudeste apresentou aumento nesse número e também na quantidade de pessoas envolvidas. A diminuição no número de conflitos pode ser interpretada pela implantação de políticas sociais compensatórias, como a bolsa família, que mesmo insuficientes têm contribuído para a diminuição da mobilização social na luta por direitos. No entanto, o que mais se destacou é que mesmo com a diminuição no número de conflitos, a quantidade de famílias expul-

sas entre 2006 e 2007 teve um aumento de 140%, passando de 1.809 para 4.340. Todas as regiões brasileiras apresentaram esse crescimento, principalmente o Sul, que de 30 expulsões em 2006, passou para 720 em 2007. "É o proprietário privado fazendo justiça com as próprias mãos e atropelando o poder público", declarou o professor Carlos Walter, durante o lançamento. Somente no Rio de Janeiro, Distrito Federal e Amapá não houve registro da ação de pistoleiros nos últimos dois anos.

Violência contra a pessoa

Em 2007 foram assassinadas 28 pessoas em conflitos pela terra, número menor que em 2006, quando foram registrados 39 assassinatos. Esta diminuição se deu porque no Pará,

em 2007, se registraram cinco mortes, quando em 2006, foram registradas 24. Em contraposição, no restante do país houve um aumento de 50% no número dos assassinatos, que aconteceram em 14 estados, quando em 2006, as 39 mortes se concentraram em oito estados. Isto mostra que a violência se espalha pelo Brasil, dominando novos espaços. Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Paraná, Maranhão, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte apresentaram crescimento no número de assassinatos. Logo, embora seja positiva, a diminuição geral no número de assassinatos não pode levar à acomodação da sociedade, 28 pessoas mortas em conflitos no meio rural ainda é um número alto.

O número de pessoas ameaçadas de morte sofreu um aumento significativo

de mais de 25%. Passou de 207 pessoas ameaçadas, em 2006, para 259, em 2007. A região Sul foi a que apresentou maior crescimento, passou de 1 para 20, seguida da região Centro-Oeste que de 10 passou para 19 pessoas ameaçadas. Os dados reunidos no Conflitos no Campo Brasil 2007 evidenciam que a conjuntura favorável no mercado internacional em relação à exportação de commodities agrícolas e minerais leva à manutenção da violência no meio rural. Deste modo, a publicação busca alertar a sociedade em relação às agressões que acontecem no meio rural devido à política do governo federal, que privilegia o agronegócio em detrimento da agricultura familiar e camponesa. Os dados levantados pela CPT mostram que não há como conciliar o agronegócio e a agricultura não-empresarial, já que por parte dos grandes proprietários o uso da violência aparenta ser indispensável.

Expansão do agronegócio na Amazônia afeta comunidades tradicionais

Os conflitos por terra, registrados pela CPT no ano de 2007 afetam diretamente as comunidades tradicionais. Elas estão cada vez mais envolvidas em conflitos para garantir seus direitos sobre os territórios onde vivem e trabalham. De acordo com Carlos Walter, "São populações que têm um histórico e uma cultura de luta pela terra e estão se tornando protagonistas, além do MST. Isso implica novas estratégias de resistência". As Ocorrências de Conflitos por Terra revelam que 54% destes conflitos ocorreram na Amazônia, 26% no Centro-Sul e 20% no Nordeste. Analisando o grupo social a que pertencem as famílias, se constata que das 66.943 famílias envolvidas em conflitos, 44% são de sem-terra, 41% de populações tradicionais e 8% de assentadas. As comunidades tradicionais estão envolvidas em 58% dos conflitos na Amazônia, em 27% dos conflitos no Nordeste e em 22%, no Sul. Desse total, as comunidades de remanescentes de quilombos estão envolvidas em 20,6% dos conflitos por terra. Já as famílias sem-terra envolvidas em conflitos são maioria no Centro-Sul, 70%, e no Nordeste, 60%. Já na Amazônia as famílias sem-terra representam 22% das famílias envolvidas em conflitos. Estes números

permitem ver que o avanço do agronegócio sobre a Amazônia afeta diretamente as comunidades tradicionais que se vêem ameaçadas e atingidas tanto nas suas atividades econômicas quanto culturais.

Mais de 35% dos conflitos pela água nos Estados banhados pelo São Francisco

Os conflitos pela água praticamente duplicaram no Brasil de 2006 (45) para 2007 (87). O número de famílias envolvidas saltou de 13.072 para 32.747. Dezenove estados registraram conflitos pela água. Minas Gerais com 20 ocorrências é, de longe, o Estado mais conflitivo. É sintomático que o maior número de conflitos aconteça em Minas Gerais, estado onde nasce o São Francisco, símbolo da integração nacional. O uso predatório de suas águas é decorrência de seu intenso uso com finalidade econômica, particularmente para geração de energia, uso industrial e grandes projetos de irrigação. A transposição do Rio São Francisco é a obra que leva ao extremo essa visão economicista da água. Em função desta visão fica relegado a um plano muito inferior o olhar holístico sobre a água, que exige que ela seja considerada nas suas dimensões vital (biológica), ambiental, dos direitos humanos, estética, religiosa, cultural, paisagística, social.

No geral, 47 conflitos se deram por questões de "uso e preservação" da água, 33 pela implantação de barragens e açudes e sete por apropriação particular de água. Daí se infere que os conflitos derivam do mau uso ou da destruição de mananciais de água, o que prejudica comunidades e populações inteiras, e da construção de barragens e açudes, além da simples e pura apropriação privada de um bem natural. A mercantilização da água chegou ao ponto de provocar dois assassinatos em 2007, em conflitos nas áreas de carnicultura. Um no Ceará e outro no Rio Grande Norte. Um caso marcante que a CPT também documentou nesse ano, foi a morte de Géssia, 12 anos, quando tentava "roubar" um balde de água, do canal de irrigação Nilo Coelho, em Petrolina (PE), mas que não abastece as famílias vizinhas a ele.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

Acampamento reúne milhares de trabalhadores

Marília Almeida



O Acampamento para o lançamento da *Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra: Em defesa da reforma agrária e soberania territorial e alimentar*, organizado pelas entidades do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, reuniu cerca de três mil trabalhadores rurais, de vários estados do país, entre os dias 14 e 17 de abril, no estádio Mané Garrincha, em Brasília. O evento se iniciou com um momento de mística seguido de uma conferência sobre o tema "Função Social e propriedade da terra", com o advogado Darci Frigo, da organização Terra de Direitos. Ele defendeu a desapropriação das propriedades rurais que não cumprem sua função social e criticou a idéia difundida pelos grandes veículos de comunicação de que o direito à propriedade é sagrado. "Não é sagrado, foi um direito inventado pelo homem. O direito à propriedade já foi considerado absoluto quando o trabalho escravo era aceitável, hoje já deveria ser diferente", afirmou.

O segundo dia do Acampamento foi marcado por debates importan-

tes sobre a Reforma Agrária. Além da apresentação dos dados da CPT, os(as) trabalhadores(as) do campo se dividiram em cinco grupos para debater temas de seus interesses: soberania territorial; soberania alimentar; políticas públicas e direitos sociais; atualidade da reforma agrária e implicações jurídicas para sua efetivação. No terceiro dia, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária lançou a Declaração pelo Limite da Propriedade, que pede "um novo ordenamento fundiário no Brasil com o aprimoramento e aplicação dos instrumentos constitucionais existentes, atualização dos índices de produtividade, aprovação da emenda constitucional que expropria terras onde há trabalho escravo e adoção de novo instrumento jurídico que limite a propriedade privada da terra". O evento foi encerrado no dia 17 de abril, com uma marcha até a Esplanada dos Ministérios, onde a Declaração pelo Limite da Propriedade foi entregue aos Presidentes da Câmara, Arlindo Chignalia (PT/SP), e do Senado, Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN).

TRABALHO ESCRAVO

Explode número de trabalhadores escravizados no setor sucroalcooleiro

CRISTIANE PASSOS*

De acordo com dados da CPT, em 2007 mais da metade dos trabalhadores libertados da condição análoga a escravo, o foram em usinas do setor sucroalcooleiro.

Em 2007 os agrocombustíveis roubaram a cena. Foram apresentados como a grande alternativa ao aquecimento global. A expansão da área plantada com cana-de-açúcar veio acompanhada de inversões capitalistas em novas usinas sucroalcooleiras. Já são 363 em operação. O etanol se tornou o carro-chefe destes novos combustíveis e foi o centro da agenda do presidente da República em suas viagens internacionais. Lula chegou a guindar os usineiros à categoria de “heróis nacionais”. Mesmo contra todas as evidências, afirmou que a Amazônia não se prestava ao cultivo da cana.

Os números registrados pela CPT, porém, mostram o lado amargo da cana-de-açúcar. 52% dos trabalhadores libertados pelo Grupo Móvel do Ministério do Trabalho da condição análoga a escravidão, o foram de usinas do setor sucroalcooleiro: 3.131 do total de 5.974. Outras formas de exploração dos trabalhadores e de desrespeito da legislação trabalhista também estão ligadas a esta atividade. Os casos de superexploração do trabalho no setor sucro-alcooleiro vem em segundo lugar, após os serviços gerais. Dos casos de desrespeito à legislação trabalhista que a CPT registrou, a imensa maioria está ligada ao setor da cana.

Trabalho escravo cresce no centro-sul do país

Os números do trabalho escravo cresceram. Passaram de 262 ocorrências em 2006, para 265, em 2007, e o número de pessoas envolvidas de 6.930, em 2006, para 8.635 em 2007. O número de trabalhadores libertados pela intervenção do Ministério do Trabalho passou de 3.633, para 5.974. O crescimento mais significativo destes números ocorreu no Centro-Oeste, Sudeste e

Sul. No Centro-Oeste o número de ocorrências passou de 29 para 43 e o número de pessoas de 1.269 para 2.653. No Sudeste, o número de casos passou de oito para 14, e o número de pessoas envolvidas quase triplicou. Passou de 279 em 2006, para 705 em 2007. No Sul, o número de ocorrências não sofreu alteração, nove nos dois anos. Já o número de trabalhadores sujeitos à escravidão mais que dobrou, passou de 108 para 229. A região Nordeste manteve o mesmo número de ocorrências,

foto: arquivo CPT Araquáia-Tocantins



Campanha de Combate ao Trabalho Escravo realiza ato em Brasília

No dia 12 de março, o Movimento pela aprovação da PEC 438/2001 e pela Erradicação do Trabalho Escravo realizou um Ato Público no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. O ato reuniu cerca de duas mil pessoas entre trabalhadores rurais de vários estados, membros da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae),

foto: Cristiane Passos



Trabalhador durante Ato pela Aprovação da PEC do Trabalho Escravo realizado em Brasília

personalidades, artistas e lideranças políticas. Conhecida como PEC do Trabalho Escravo, ela prevê o confisco de terras onde for encontrado trabalho escravo, destinando-as à reforma agrária. A PEC foi aprovada no Senado Federal, em 2003, e em primeiro turno na Câmara dos Deputados em 2004. Desde então, está parada, aguardando votação conclusiva. Afronta à dignidade humana, o trabalho escravo é crime cuja impunidade ainda prevalece. O Ato Público contou com a entrega de um abaixo-assinado à presidência da Câmara; e um abraço simbólico ao Congresso Nacional. Estava prevista uma audiência com o presidente Lula, que não se realizou por ter sido agendado outro compromisso para o presidente no mesmo horário. À convite das sub-Comissões de Combate ao Trabalho Escravo do Senado Federal e da Câmara, respectivamente, o ato foi promovido conjuntamente pela Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, a ONG Repórter Brasil, a Via Campesina, o MST e demais membros da Conatrae e das Comissões Estaduais.

43, com diminuição do número de trabalhadores escravos. Já a região Norte, mesmo liderando os números de ocorrências e de trabalhadores escravizados, apresentou queda em ambos os números.

Entre os trabalhadores escravizados, superexplorados e desrespeitados, se encontram, em número muito significativo, os índios, sobretudo do Mato Grosso do Sul. De acordo com análise feita por Egon Heck, do Cimi em Mato Grosso do Sul, “Para os povos indígenas, a chegada da cana tem um lado ainda mais perverso do que o de serem empurrados para a escravidão temporária. Iludidos, aliciados ou tangidos, os indígenas vêem na cana a oportunidade única de venda de sua força de trabalho”. Se por um lado a situação dos trabalhadores da cana é cruel, por outro multiplicaram-se as manifestações de resistência e luta. Em 2007 houve um crescimento considerável das ações de resistência, representadas pelas 34 greves que aconteceram, metade delas em Goiás.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Começa violento o ano de 2008

ANTONIO CANUTO*

O ano de 2008 não parece promissor para os movimentos do campo. Além da situação da área indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, da criminalização das ações das mulheres no dia 8 de março e do abril vermelho, houve ainda a absolvição do mandante do assassinato de irmã Dorothy Stang, Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida. Mas muitos outros casos de violência têm acontecido que não encontram repercussão nos meios de comunicação. Vamos lembrar somente alguns deles.

No Amazonas, no município de Lábrea, Francisco da Silva, 53 anos, presidente da Associação União dos Produtores Rurais do Amazonas (Aupra), foi encontrado morto com um tiro na cabeça, no dia 23 de fevereiro. Em julho de 2007, ele estivera em Manaus quando protocolou, em diversos órgãos do governo, documento sobre os conflitos que ocorriam na região. Denunciou o assassinato de Gênesis Felix da Silva, no início de 2007, as ameaças de morte que ele próprio recebia e ainda uma emboscada da qual saiu ileso. A CPT do Amazonas, em março de 2007, havia solicitado a presença da Polícia Federal para a retirada de jagunços e pistoleiros da região para garantir a integridade física dos trabalhadores. Entre os citados estava Francisco. No município de Confresa, Mato Grosso, foi assassinado com dois tiros, no dia 4 de março, o trabalhador rural Hélio Luiz Gonzaga que construía uma cerca na fazenda Bridão Brasileiro. O nome de um empresário de Vila Rica foi citado pela única testemunha do crime, como provável mandante, pois já tentara invadir as divisas da fazenda, mudar a posição da cerca e quebrar cadeados dos portões. Em 29 de abril, nas proximidades da

Fazenda Catâneo, município de Campo Novo, Rondônia, numa emboscada, Edson Dutra foi assassinado por pistoleiros. Vinte dias antes, 9 de abril, os pistoleiros da fazenda haviam expulsado a bala mais de 200 famílias acampadas queimando todos os barracos com tudo o que havia dentro. Chegou-se a falar em mortos.

No Paraná, milícias agem abertamente

No Paraná a violência aflora com mais intensidade neste início de 2008 com a participação ostensiva de milícias armadas. O reverendo Luiz Carlos Gabas, da Igreja Anglicana, em Cascavel, por se manifestar a favor dos sem terra, no dia 14 de março, teve seu carro abordado por outros dois carros, numa clara demonstração de intimidação. Eli Dallemole, 42 anos, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no dia 30 de março, foi executado diante da família, no assentamento Libertação Camponesa, município de Ortigueira. Ele era uma

das lideranças do acampamento Terra Livre, na fazenda Compramil, ocupada desde 2003 e recebia ameaças de morte constantemente. No dia 8 de março, uns 15 pistoleiros aterrorizaram as 35 famílias acampadas na área e queimaram todos os seus pertences. Eli foi acolhido no assentamento Libertação Camponesa e as ameaças de morte se tornaram mais frequentes, culminando com o seu assassinato.

O acampamento Primeiros Passos, do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), com mais de 150 famílias, localizado na BR 369, entre os municípios de Cascavel e Corbélia foi atacado por uma milícia privada, na madrugada do dia 8 de maio. Homens fortemente armados invadiram o acampamento com tratores, retro-escavadeiras e um caminhão com uma grade de ferro, conhecida como quebra-mato, e com a carroceria blindada de onde os pistoleiros efetuavam os disparos, uma espécie de "caveirão" – o caveirão do agronegócio. Toda a plantação e as estruturas do acampamento, inclusive uma escola e uma igreja, foram des-

truídas. Dez pistoleiros foram presos. Entre os presos estava Luciano Gomes Resende, um dos seguranças da empresa NF, presente na Estação Experimental da Syngenta, em outubro de 2007, quando foi assassinado Valmir Mota de Oliveira, o Kenô. Numa demonstração de força e afronta mais de 20 fazendeiros foram à Delegacia pressionar a polícia contra a prisão dos pistoleiros.

Defensores do meio ambiente na mira da violência

No município de Tucuuruí, em 24 de abril, foi assassinado com um tiro na cabeça o assentado, Emival Barbosa Machado, 51 anos. Ele havia denunciado ao Ibama e à imprensa, a extração ilegal de madeira dentro dos assentamentos. Os madeireiros obrigavam os assentados a vender a madeira de seus lotes. Quem não vendesse era ameaçado. Por isso recebeu ameaças, registradas na delegacia de polícia de Tucuuruí. O assassino, reconhecido pela irmã de Emival, Ericélia Machado, foi preso, mas, à noite do mesmo dia, liberado pelo delegado. Ericélia, na noite seguinte, teve a casa apedrejada. Hoje, ameaçada, anda escondida. Ela conhece todo o esquema de retirada ilegal de madeira. Nem as crianças escapam da violência. No dia 5 de maio, dois homens armados invadiram a aldeia Anajá, do povo Guajajara, na terra indígena Araribóia, município de Arame, Maranhão, disparando tiros. A menina Maria dos Anjos, de cinco anos de idade, levou um tiro na cabeça e morreu na hora. Segundo os Guajajara os assassinos seriam os mesmos que no início de 2007 assassinaram Tomé Guajajara. Estes fatos deixam claro que a violência é algo anunciado e detalhadamente planejado e tem como objetivo retirar do caminho quem se opõe aos interesses econômicos da classe dominante. A impunidade acoberta estes crimes, sinal do apoio de diversos setores da sociedade e do poder público aos que se auto-intitulam proprietários.



Igreja destruída em ação de pistoleiros em Cascavel, Paraná

foto arquiocese de Cascavel

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



Dez mandamentos para salvar o planeta

O presidente Evo Morales, disse na abertura do VII Fórum Indígena da ONU, em abril deste ano, que para salvar o planeta há que se erradicar o modelo capitalista e conseguir que o Norte pague sua dívida ecológica. Este foi o primeiro dos 10 mandamentos apresentados num longo discurso aclamado pelos participantes deste encontro anual.

Os dez mandamentos para salvar o mundo, a vida e a humanidade dizem respeito à terra, à renúncia da guerra, a relações bilaterais sem imposição, terra e água e serviços básicos como direitos humanos, energia limpa, não aos agrocombustíveis, priorizar o que se produz, promover a diversidade da cultura e o viver bem através de um socialismo comunitário e em harmonia a Mãe Terra.

Segundo Morales, há dois caminhos para a humanidade: ou se opta por uma forma de vivência em harmonia com a Mãe Terra e a vida; ou se segue o caminho do capitalismo e da morte.

Insistiu em que a única forma de salvar o mundo é a de acabar com a mentalidade que fomenta o egoísmo e a sede do lucro. Pediu aos povos indígenas, camponeses e governos do mundo consumir o necessário, priorizar o que se produz e evitar o desperdício e o luxo.

“As mudanças climáticas com suas graves conseqüências não são produto dos seres humanos em geral. Mas do sistema capitalista vigente, desumano, com desenvolvimento industrial ilimitado. Por isso sinto que é importante acabar com a exploração dos seres humanos e o saqueio dos recursos naturais”, disse ele.

Os dez mandamentos para salvar o planeta

1. Se se quiser salvar o planeta, há que se erradicar o modelo capitalista e conseguir que o Norte pague a dívida ecológica, em vez de os países do Sul e de todo o mundo pagarem a dívida externa.

2. Denunciar e acabar com as guerras que só trazem lucros para os impérios,



Engenho

as transnacionais e um grupo de famílias, mas não para os povos. Os bilhões e bilhões de dólares destinados às guerras deveriam ser investidos na terra, ferida por maus tratos e a superexploração.

3. Desenvolver relações de coexistência e não de subordinação entre os países num mundo sem imperialismo e colonialismo. As relações bilaterais e multilaterais são importantes porque somos da cultura do diálogo e da convivência social, mas estas relações

não devem ser de sujeição de um País a outro.

4. A água é um direito humano e para todos os seres vivos do planeta. Não é possível que haja políticas que permitam privatizar a água.

5. Desenvolvimento de energias limpas e amigáveis com a natureza, acabar com o desperdício de energia. Em 100 anos estamos acabando com a energia fóssil que se criou em milhões de anos. Evitar que se promovam os agrocombustíveis. Não dá para entender que

alguns governos e alguns modelos de desenvolvimento econômico possam destinar terras para o funcionamento de carros de luxo e não para alimentar as pessoas. Promover debates com os governos e criar consciência para que a terra beneficie os seres humanos e não seja usada para produzir combustíveis.

6. Respeito à mãe Terra. Aprender com os ensinamentos históricos dos povos nativos e indígenas sobre o respeito à mãe Terra. Deve-se gerar uma consciência social, coletiva em todos os setores da sociedade de que a terra é nossa mãe.

7. Os serviços básicos, como água, luz, educação, saúde, comunicação e transportes coletivos devem ser considerados como um direito humano, não podem ser vistos como negócio privado, mas como serviço público.

8. Consumir o necessário, priorizar o que produzimos e consumir o produzido em cada local. Acabar com o consumismo, o desperdício e o luxo. Não dá para entender que algumas famílias somente busquem o luxo, quando milhões e milhões de pessoas não têm possibilidades de viver bem.

9. Promover a diversidade de culturas e economias. São tão diferentes e essa é nossa natureza. Um Estado plurinacional, em que cabem todos no seu interior: brancos, morenos, negros, ruivos.

10. Queremos que todos possam viver bem, que não é viver melhor às custas do outro. Devemos construir um socialismo comunitário e em harmonia com a mãe Terra.

* Tradução de Antonio Canuto, do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

ARTIGO

A Igreja Católica e os Povos Indígenas de Roraima

DOM ROQUE PALOSCHI*

Um dos conflitos que mais tem chamado a atenção nos últimos meses é o que envolve a área indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Após longo período de estudo e negociação (cerca de 30 anos), o presidente Fernando Henrique Cardoso criou a reserva e, em 2005, o presidente Lula a homologou, estabelecendo o prazo de um ano para a retirada dos não-índios. Transcorridos três anos, quando por fim ia se efetuar a retirada dos invasores, o conflito atinge altíssimas temperaturas. O pivô são seis plantadores de arroz, que se recusam a sair. Queimaram pontes, detonaram bombas, e o STF, no dia 9 de abril, suspendeu a retirada, acatando uma ação cautelar impetrada pelo governo de Roraima. Oficiais do Exército, no melhor estilo do tempo da ditadura, saíram em defesa dos plantadores de arroz, brandindo o conceito de soberania nacional que seria quebrada com a reserva. No dia 5 de maio, os índios que montaram acampamento na área invadida pelo líder dos rizicultores, foram agredidos a bala. Resultado: nove feridos.

A Igreja Católica, por se posicionar a favor dos índios, enfrenta a reação da classe política do estado e da elite dominante. A Catedral de Boa Vista foi pichada. O Bispo de Roraima, que também é vice-presidente da CPT, Dom Roque Paloschi, no texto abaixo fala da atuação da Igreja Católica, junto à comunidade indígena. Os índios feridos deram seus depoimentos sobre o ataque sofrido, à 8ª Assembléia da CPT de Roraima

O imperativo da fé cristã é o anúncio do Evangelho de Jesus Cristo: “Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância” (Jo 10,10). Este tem sido o caminho dos discípulos-missionários Dele nas terras de Roraima.

Os Monges Beneditinos quando chegaram à bacia do Rio Branco em 1909, construíram um caminho de aproximação aos primeiros habitantes da nossa terra. Foram intransigentes na defesa da cultura e das tradições dos Povos Indígenas. Por muitos anos moraram junto a eles, pois foram perseguidos e expulsos de Boa Vista, por não compactuarem com a dominação e a exploração por parte dos fazendeiros daquela época. Em 1948, deixaram Roraima e entregaram a missão aos Missionários da Consolata.

Na década de 70, escutando atentamente os Indígenas, os missionários perceberam que a opressão tinha se tornado mais sutil e destruidora. De modo especial pela entrada da bebida alcoólica, do garimpo e da invasão avassaladora das fazendas de gado. Ainda hoje encontramos Indígenas com marcas de ferro de gado, pois havia fazendeiros que os tratavam como animais.

Dom Aldo Mongiano, bispo da época escrevia: “Os missionários desta



Tuxaua Jaci de Souza Macuxi, integrante do Conselho Indígena de Roraima - CIR

prelazia não se contentam em afirmar que a situação é insuportável. Eles tomaram a decisão de dar aos índios a confiança em si próprios, de os convencer de que podem e devem defender os seus direitos e sua dignidade. Repetem a eles, que lhes pertencem as terras, que para elas devem lutar contra uma sociedade que os observa fria e insensivelmente (...) as visitas dos missionários e as reuniões com os índios não tem outra finalidade que criar condições para que nasça neles o sentimento de nobreza, da dignidade humana, em outras palavras o ‘homem novo’ que Jesus Cristo veio criar anunciando o evangelho.”

Em 1980, o Papa João Paulo II, em visita a Manaus alertava aos poderes

públicos: “É direito dos Povos Indígenas habitarem as suas terras na paz e na serenidade, sem temor de serem desalojados em benefício de outrem, mas seguros de um espaço vital que será a base não somente para a sua sobrevivência, mas para a preservação de sua identidade, como grupo humano, como um povo.”

A Igreja de Roraima por estar junto aos Povos Indígenas tem sido alvo de muitos ataques, difamações e perseguições, seja dos políticos, como da elite local e da mídia que disseminam preconceitos e mentiras. Mas tudo isso serve para confirmar que ela está no caminho do Evangelho que diz: “Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da Justiça, porque deles é o Reino dos Céus” (Mt 5,10).

Nesta hora do Espírito, o que nos motiva é perceber o testemunho das comunidades Indígenas que nutridas pelo Evangelho vão mantendo viva a esperança de uma terra sem males. Dias atrás, um jornalista perguntou a um indígena idoso numa distante aldeia: “O que os missionários fizeram com vocês?” A resposta foi surpreendente: “Eles nos ajudaram a descobrir primeiramente que éramos gente, filhos e filhas de Deus, igual a todos os outros, segundo, que nós também tínhamos direito a permanecer na nossa terra, e não devíamos ter vergonha de manter a nossa língua e cultura.”

A Igreja de Roraima é pobre, perseguida, mas sempre pascal. Unida à Conferência Nacional dos bispos do Brasil (CNBB), só pode continuar apoiando a luta dos Povos Indígenas por suas terras, garantia de sobrevivência e preservação de suas culturas. Frente às questões judiciais sobre a homologação, assinada pelo governo Lula, no dia 15 de abril de 2005 estamos plenamente a favor de que os direitos constitucionais dos Povos Indígenas sejam respeitados. “Escolhe, pois, a vida.” (Dt. 30,19)

* Bispo da Diocese de Roraima e vice-presidente da CPT.

CULTURA

LAMENTO DE UM CAMPONÊS*

Foi no final de setenta
A CPT passou a registrar
Conflitos que iam acontecendo
Aqui, ali, acolá
Que envolviam capangas e
pistoleiros
Que a mando de fazendeiros
Agrediam, ameaçavam até matar.

As vítimas destes conflitos
Sempre foram agricultores
As mulheres, as crianças
Sempre sofrendo horrores
Despejos e espancamentos
Homicídios violentos
A mando dos opressores.

Na medida em que as lutas
Do povo foram aumentando
Os movimentos de massa
Mais a mais conscientizando
Fluiu em todo o Brasil
Conflitos pra mais de mil
E a CPT registrando.

Conflitos e assassinatos
Que mais chamaram atenção
De Margarida e Chico Mendes

Padre Josimo, nosso irmão
A chacina de Carajás
A irmã Dorothy que jamais
Esqueceremos sua missão.

Mil e novecentos e oitenta e cinco
Deste ano para cá
Nossa CPT passou
A escrever e divulgar
O "Caderno de Conflitos"
Seus números nos deixam aflitos
Mas despertam pra lutar.

É voz dos que não tem voz
Que a grande mídia não dá vez
Dos cortadores de cana
Do Sem Terra, camponês
Do filho órfão sofrido
Da viúva sem marido
Lamentando a viuvez.

Do ano 2007
Vamos agora falar
Conflitos que aconteceram
Que conseguimos registrar
Ameaças, espancamentos
Crimes de mortes, violentos
Fatos tristes a contar.



Posso dizer que aconteceram
Casos de arrear
A ponto de uma lavradora
O suicídio praticar
Tomou este triste rumo
Porque sua safra de fumo
A justiça mandou apanhar.

Foi no Rio Grande do Sul
Que este fato se deu
E lá em Minas Gerais
Dá dó o que aconteceu
Mataram um catador de lenha
Não há ninguém que não tenha
Lamentado o caso seu.

O assassinato ocorreu
Na presença de sua filha menor
Que tinha 16 anos
E os guardas sem terem dó
Defendendo uma empresa
Mataram sem ter defesa
Um pobrezinho de Jó.

Outro ponto conflitante
Que muito chama atenção
Ainda é o trabalho escravo
Que causa indignação
Muito aumentou no Sudeste
No Sul e no Centro-Oeste
Houve multiplicação.

Se houver mais fiscalização
Das nossas autoridades
Os conflitos diminuirão
Nos dará tranqüilidade
No campo e nas áreas urbanas
E condições mais humanas
Paz, sossego e liberdade.

* Trecho do Cordel "Lamento de um Camponês", feito pelo agricultor Alfredo de Abreu Paz com os dados da CPT dos conflitos no campo em 2007.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
 Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

CORREIOS
Impresso Especial

0564/2005 DR/GT
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA